



O Curso

Este programa foi desenhado para fiscais e gestores de contratos e tem como objetivo principal evidenciar os desafios cotidianos na execução e condução dos contratos administrativos.

Com uma metodologia eminentemente prática, exploraremos casos reais que ilustram tanto os obstáculos quanto as estratégias mais eficazes para superá-los. Nossas discussões, trocas de ideias, atividades em equipe e apresentação de resoluções e boas práticas vão permitir a construção do conhecimento de modo dinâmico e participativo.



A abordagem do curso é altamente interativa e envolve:

- Trabalhos em grupo: trocas de experiências e construção coletiva de soluções para situações práticas;
- Salas virtuais de discussão: espaço destinado a debates sobre os temas em análise.

Para além da teoria, o curso vai preparar os participantes por meio de conhecimentos aplicáveis e instrumentos para a resolução de problemas e dúvidas recorrentes, integrando a nova Lei de Licitações, seus regulamentos e as orientações dos órgãos de controle e da jurisprudência.



Motivos para participar deste Seminário

Domínio prático e teórico:

Aprofunde seu conhecimento teórico enquanto ganha experiência prática por meio de análises de casos reais e simulações de situações aplicadas.



Atualizações da nova Lei de

Licitações: Mantenha-se atualizado com as mais recentes mudanças trazidas pela nova Lei de Licitações, garantindo que sua atuação esteja sempre alinhada com as exigências legais e as melhores práticas.



Desenvolvimento de habilidades de Análise e solução de problemas:

Melhore suas habilidades de análise crítica, interpretação e construção de soluções para os problemas por meio de discussões sobre situações reais.



Networking profissional: Interaja com outros profissionais do setor, assim como professores especialistas, compartilhando experiências.



Diferenciais do Zênite Online:

Plataforma própria Zênite para realização do curso

Aulas 100% ao vivo

Replays disponíveis por 7 dias

Metodologia que permite troca de conhecimento, enfoque aplicado e uso da tecnologia

Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

Professores especializados



Quem deve participar?













Agentes públicos envolvidos na elaboração das minutas contratuais e na fiscalização da execução dos contratos administrativos de compras e serviços

Agenda



Realização

25 a 28 de novembro

2024



Carga Horária

16 horas



Horários

14h às 18h

As aulas terão duração diária de 4h, sendo aproximadamente 3h de apresentação, intervalos e até 1h para responder perguntas.



Replay

As aulas poderão ser assistidas por até 7 dias após sua realização



Conheça os professores



Manuela Martins de Mello

Advogada. Consultora jurídica na área de licitações e contratos e regime de pessoal. Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Curitiba. Integrante da Equipe de Consultores e da Equipe de Redação da Zênite. Autora de diversos artigos jurídicos.



Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021 (Forense, 2022). Colaborador da obra Lei de licitações e contratos anotada (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.



Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.



REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS: Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - **Internet** de 10Mbps (de preferência por cabo) - **Browser:** Google Chrome, preferencialmente - **Banda ideal:** Inbound participante: 3 Mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.



Programa completo





Aulas 1 e 2

Dias 25 e 26 de novembro, das 14h às 18h Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO, DEFINIÇÃO DE PRAZO E PRORROGAÇÃO

- 01 Critérios para escolha do instrumento adequado para formalizar a relação contratual: termo de contrato ou instrumentos substitutivos? A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu novos critérios?
- **02** Definição dos prazos dos contratos de fornecimentos e serviços continuados, aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática As ponderações necessárias para definição de prazos A previsão de extinção sem ônus do contrato (art. 106) e os impactos no prazo dos contratos e na formação dos preços
- 03 Contratos de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática podem ser prorrogados por até 10 anos com base no art. 107 da Lei nº 14.133/2021?
- 04 Contrato por escopo O não cumprimento dos prazos, a prorrogação automática e sua formalização e as repercussões diante de descumprimento pelo contratante e pelo contratado
- O5 Contratos de terceirização com mão de obra exclusiva e a exclusão ou redução dos custos não renováveis já pagos ou amortizados

REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

- Marco inicial para contagem do prazo de reajuste O que considerar como data do orçamento estimativo? Ainda é possível considerar a data de apresentação da proposta? O reajuste está vinculado a pedido do interessado?
- **07** Preclusão do direito ao reajuste, revisão e repactuação
- Pagamento de reajuste, revisão e repactuação após a vigência contratual Como formalizar: a indenizatório ou contratual?
- 09 Base de cálculo do reajuste em contratos por escopo, como obras Quais os efeitos do atraso na execução de contrato por escopo sobre o reajuste contratual?
- 10 Contratos sensíveis à variação do dólar e o direito à revisão



Programa completo

- 11 Contratos de obras Empreitada por preço global, erros em projetos e o direito à revisão dos contratos
- 12 Contratação de serviços com base no maior desconto da tabela Sinapi e o reajuste desses contratos
- 13 Definição em contrato da matriz de repartição de riscos entre contratante e contratado e o direito à revisão Situações supervenientes e não previstas



Aula 3

Dia 27 de novembro, das 14h às 18h Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

ALTERAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO

- 14 Como aplicar o limite de 25% para acréscimo em: a) serviços contínuos (valor anual, mensal, remanescente ou a soma de todos os períodos da contratação?); b) licitação por itens e por lotes; c) obras? É possível compensar acréscimos e supressões? O que tem dito o TCU?
- 15 Inclusão de objetos/itens não previstos inicialmente Procedimento e cautelas Como definir o valor a ser pago? É necessário a manutenção do desconto inicial?
- 16 Alterações por acordo entre as partes A nova redação da Lei de Licitações e as polêmicas envolvidas É possível acrescer sem limites? O que deve se entender por desnaturação do objeto? A falta de previsão expressa na Lei nº 14.133/2021 impede supressão contratual acima do limite previsto?
- 17 Contratos estimados com previsão de prorrogação e a extinção antecipada dos quantitativos previstos Quais as soluções possíveis para o melhor atendimento da necessidade (acréscimo ou prorrogação antecipada)?
- 18 Contratos de obras e a concentração de acréscimos em um único termo aditivo (Im)Possibilidade e cautelas



Programa completo



Aula 4

Dia 28 de novembro, das 14h às 18h Professora: Manuela Martins de Mello

EXTINÇÃO DO CONTRATO, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E NULIDADES

- 19 Extinção unilateral do contrato por culpa da Administração e suas repercussões
- 20 Sanções administrativas Efeitos e extensão: atingem o órgão contratante? A esfera? Toda a Administração Pública, inclusive estatais? Exige-se uma comissão processante?
- Multas moratória e compensatória Cabimento e valores: a base de cálculo será sempre o valor contratado?
 Como definir a base de cálculo das multas?
- 22 Aplicação de penalidades administrativas e a possibilidade de transacionar Pode a Administração parcelar o pagamento de multa? Pode deixar de aplicar multa prevista contratualmente?
- 23 Aplica-se o princípio da retroatividade da pena mais benéfica às empresas sancionadas com a penalidade de declaração de inidoneidade pela Lei nº 8.666/1993?
- 24 Vícios verificados apenas durante a execução do contrato Extinção ou manutenção do contrato? Repercussões e as novidades da Lei nº 14.133/2021

INVESTIMENTO R\$ 2.700,00 / PARTICIPANTE*

- ★ Lei Digital
- ★ Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- ★ Apostila digital específica do curso
- * Certificado
- * O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.
- * Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.
- * É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.
- * A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas ao lado.

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



